

# A noção de identificação arquivística na Espanha e no Brasil nas décadas de 1980-1990

*The notion of archival identification in Spain and Brazil in the decades of 1980-1990*

**Noemi Andreza da Penha**

Universidade Federal Fluminense (Brasil)  
[noemiandrzea10@gmail.com](mailto:noemiandrzea10@gmail.com)

**Ana Célia Rodrigues**

Universidade Federal Fluminense (Brasil)  
[anyrodrigues@yahoo.com.br](mailto:anyrodrigues@yahoo.com.br)

## Resumo

Estudo do processo de construção teórica da metodologia da identificação nas décadas de 1980 a 90, a partir da literatura arquivística espanhola e brasileira. O termo identificação surgiu no âmbito da Arquivística na década de 80 do século XX, como proposta de grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação de documentos em países ibero-americanos. Neste contexto, surge o Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos, com a participação da Espanha, Brasil, Costa Rica, Cuba, México, Colômbia e Portugal, grupo de investigação arquivística que desenvolveu trabalhos com o objetivo de analisar as características comuns e as peculiaridades da arquivística ibero-americana no que se refere à gestão de documentos, cujos estudos resultaram na formulação do conceito e da metodologia da identificação. Na Espanha, o conceito foi divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991 e em 1993, foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia

## Abstract

*Study of the construction of theoretical methodology of identification in the 1980s to 90, from the archival literature Spanish and Brazilian. The term arose in the identification Archivist in the 80s of the twentieth century, as proposed groups of archivists concerned with the formulation of methodologies to solve the problem of accumulation of documents in Latin American countries. In this context arises the Ibero-American Group Management Administrative Documents, archival research group, aiming to analyze the common characteristics and peculiarities of archival Iberoamerican with regard to document management, whose studies led to the formulation the concept and methodology of identification. In Spain, the concept was released by Maria Luiza Conde Villaverde in First Days of Methodology for the Identification and Assessment Fund Documentary General Government, held in Madrid in 1991 and in 1993, was built by Spanish Dictionary of Archival Terminology, passing influence the construction of identification procedures within the Ibero-American archival. In Brazil, identification processes developed in Institutional Modernization Program - Administrative National Archives, both for treatment and accumulated*

Arquivística Espanhol, passando a influenciar a construção de procedimentos de identificação no âmbito da arquivística ibero-americano. No Brasil, os processos de identificação desenvolvidos no Programa de Modernização Institucional – Administrativa do Arquivo Nacional, tanto para tratamento de fundos acumulados como para implantação de processo avaliação no contexto da gestão documental, passaram a servir de referencial para experiências semelhantes desenvolvidas em outros arquivos brasileiros. Nesta perspectiva, o presente trabalho de pesquisa busca refletir sobre os estudos de identificação na literatura arquivista e influência do modelo espanhol de identificação arquivística nos países ibero-americanos, chegando ao Brasil. Tem por objetivo geral, descrever o contexto inicial do processo de construção teórica da metodologia da identificação nas décadas de 1980 a 1990, no âmbito da literatura arquivística espanhola e brasileira e, especificamente, apresentar as experiências metodológicas, os fundamentos teóricos resultantes, desenvolvidos na Espanha e no Brasil no período; discutir os modelos metodológicos apontando elementos que os aproximam e os distinguem. Espera-se que os resultados desta pesquisa venham contribuir com novos elementos para a discussão sobre a construção teórica da metodologia da identificação, particularmente no contexto da arquivística brasileira.

*funds for the implementation of process evaluation in the context of document management, they also serve as a reference for similar experiences developed in other Brazilian archives. In this perspective, the present research seeks to reflect on the identification studies in the literature archivist and influence of the Spanish Model identification archives in Latin Americans coming to Brazil. It aims to describe the initial context of the construction of theoretical methodology of identification in the decades from 1980 to 1990, under the Spanish and Brazilian archival literature, and specifically present the methodological experiences, the theoretical result, developed in Spain and Brazil in the period; discuss methodological models highlighting elements that approach and distinguish them. It is hoped that the results of this research will contribute new elements to the discussion on the identification and construction of theoretical methodologies in the context of archival Brazilian.*

**Palavras-chave:** Arquivística. Identificação. **Keywords:** Archival. Identification. Contemporary Diplomatic Contemporânea. Metodologia arquivística. *diplomatic. Methodology archival*

## 1. Introdução

O termo identificação surgiu no âmbito da Arquivística na década de 80 do século XX, como proposta de grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação de documentos em países ibero-americanos. Estes grupos desenvolveram trabalhos arquivísticos a partir de critérios e propostas comuns, marcando o desenvolvimento da história dos arquivos em todos os países ibero-americanos e o início da construção de uma tradição arquivística.

Neste contexto, surge o Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos, com a participação da Espanha, Brasil, Costa Rica, Cuba, México, Colômbia e Portugal, grupo de investigação arquivística que desenvolveu trabalhos com o objetivo de analisar as características comuns e as peculiaridades da arquivística ibero-americana no que se refere à gestão de documentos, cujos estudos resultaram na formulação do conceito e da metodologia da identificação. Esses países desenvolveram um conceito para identificação, definindo-a como: “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (CONDE VILLAVERDE, 1992, p. 18).

Na Espanha, o conceito foi divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991 e em 1993, essa definição foi incorporada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística Espanhol, passando a influenciar a construção de procedimentos de identificação no âmbito da arquivística ibero-americano.

No Brasil, os processos de identificação desenvolvidos no Programa de Modernização Institucional – Administrativa do Arquivo Nacional, tanto para tratamento de fundos acumulados como para implantação de processo avaliação no contexto da gestão documental, passaram a servir de referencial para experiências semelhantes desenvolvidas em outros arquivos brasileiros. Os trabalhos de identificação realizados resultaram na publicação de manuais técnicos, que registraram experiências desenvolvidas por arquivistas integrantes do Grupo de Identificação de Fundos Internos – GIFI (1985); do Grupo de Identificação de Fundos Externos – GIFE e do Projeto de Gestão de Documentos (1986). O conceito de identificação é incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística Brasileiro (2005, p. 94), definido como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”.

Observando as definições de identificação aplicadas pelos Dicionários de Terminologia Arquivística da Espanha em 1993, e do Brasil, em 2005, nota-se que o Brasil apresenta um aspecto que difere do modelo espanhol, que é o fato de apontar identificação das condições físicas do acervo como elemento de estudo, abordagem tratada por Rodrigues (2008).

Neste sentido, pergunta-se: houve a influência da Espanha para o desenvolvimento de métodos de identificação realizados nos países ibero-americanos, entre os anos 80 a 90? O que a literatura registra sobre este processo de construção teórica da metodologia de identificação que possa caracterizar uma proposta ibero-americana no período?

Nesta perspectiva, o presente trabalho de pesquisa busca refletir sobre os estudos de identificação na literatura arquivística e a influência do modelo espanhol de identificação arquivística nos países ibero-americanos, chegando ao Brasil. Tem por objetivo geral, descrever o contexto inicial do processo de construção teórica da metodologia da identificação nas décadas de 1980 a 1990, no âmbito da literatura arquivística espanhola e brasileira e, especificamente, apresentar as experiências metodológicas, os fundamentos teóricos resultantes, desenvolvidos na Espanha e no Brasil no período; discutir os modelos metodológicos apontando elementos que os aproximam e os distinguem.

Espera-se que os resultados desta pesquisa venham contribuir com novos elementos para a discussão sobre a construção teórica da metodologia da identificação, particularmente no contexto da arquivística brasileira.

## **2. O uso do termo e o surgimento do conceito de Identificação na Espanha**

Na década de 1980, a identificação aparece inicialmente como uma proposta metodológica, que visa solucionar a acumulação de documentos, principalmente nos órgãos administrativos públicos, refletindo diretamente na área da Arquivística a grande dificuldade de identificar um contingente enorme de documentos acumulados nos arquivos que cresciam desordenadamente. Sendo assim, os arquivistas precisavam de métodos para tentar resolver este problema dentro das instituições arquivísticas (RODRIGUES, 2008, p.11).

O conceito de identificação apareceu inicialmente nos estudos desenvolvidos por Vicenta Cortés Alonso, juntamente com o Grupo de Arquivistas de Madri, que, em 1981, apresentaram um modelo de análise tipológica aplicado para normalizar os procedimentos de classificação e avaliação. A partir da exposição desse modelo, a aplicação da metodologia

estendeu-se para outros grupos de arquivistas que atuavam na administração pública espanhola.

A sistematização do método e a definição de conceito de identificação só ocorreram em 1991, com os trabalhos desenvolvidos por Maria Luisa Conde Villaverde, no Sistema de Controle de Arquivos Administrativos (S.C.A.A), com o projeto piloto do Ministério da Economia e Fazenda e do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos (MENDO CARMONA, 2004, p. 40-41). O uso da metodologia de identificação articulada por Conde Villaverde (1992) era baseado na aplicação dos estudos iniciados pela autora Vicenta Cortés Alonso no Grupo de Arquivistas Municipais de Madri.

Os elementos do conceito de identificação foram colocados em discussão na Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, organizada no ano de 1992 pela Direção de Arquivos Estaduais, na cidade de Madri. Luzón Nogué (1992), em seu discurso de abertura do evento, enfatizou que as pesquisas e os projetos desenvolvidos pelos arquivos da administração pública espanhola demonstraram a preocupação em estabelecer metodologias e critérios para a definição de séries e de avaliação dos documentos produzidos pelos órgãos públicos, como fontes documentais que conservarão a memória histórica. O autor também apontou que, ao longo da História, os documentos vinham sendo utilizados com distintas interpretações; sendo, então, fundamental, a definição de critérios para a avaliação documental, garantindo que a eliminação dos documentos fosse realizada, respeitando as informações tidas como importantes para a investigação histórica (PRIMEIRA JORNADA SOBRE METODOLOGIA PARA A IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE FUNDOS DOCUMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 1992, p. 3).

Conforme os registros da Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas (1992, p. 9), os autores esboçaram que o ponto de partida para estudar o processo de identificação de fundos documentais acumulados surgiu a partir das experiências compartilhadas pelo projeto de Sistema de Controle de Arquivos Administrativos (SCAA), desenvolvido por Maria Luisa Conde Villaverde, para o Ministério da Economia e da Fazenda em 1991.

O Sistema de Controle de Arquivos Administrativos esteve centrado essencialmente no levantamento da documentação produzida pela administração, entretanto, o grupo de pesquisa visou estabelecer requisitos para o reconhecimento de elementos recorrentes a todos os acervos.

Essa proposta de identificar elementos constituintes dos fundos documentais teve como preocupação central, observar características comuns que pudessem ser diagnosticadas em qualquer acervo. Com base nas semelhanças apresentadas sobre os fundos documentais, foi possível estabelecer elementos identificadores, como o órgão produtor e os estudos relativos à sua origem por meio do histórico institucional, a produção documental e, especificamente, o estudo sobre os tipos documentais.

Os componentes referenciados por Maria Luisa Conde Villaverde no SCAA serviram de base para a elaboração de um modelo de procedimentos que possibilitou o estabelecimento de alguns passos para a aplicação do processo de identificação de fundos documentais acumulados, que são:

1. A definição dos fundos documentais como objeto de tratamento, que deverá ocorrer dando prioridade àqueles que são presentes em maior quantidade;
2. A elaboração de coleta de dados que possibilitam recolher informações sobre o aspecto quantitativo e qualitativo dos fundos e serviços arquivísticos existentes, que permitirão conhecer os organismos produtores de documentos, o volume dos fundos e a localização;
3. A fixação dos limites cronológicos que devem abarcar o processo de identificação de fundos acumulados;
4. A identificação e os organismos produtores, por meio de estudo institucional, sua evolução orgânica, funcional e técnica-arquivística, por meio da legislação que regula a organização e suas funções. Isso nos leva a reconhecer:
  - a) A estrutura do organismo;
  - b) Seu funcionamento interno;
  - c) Suas transformações históricas;

5. A elaboração do primeiro quadro “teórico” da organização, como ponto de partida para a sua constatação da realidade documental;
6. As análises da realidade documental em um quadro provisional;
7. A elaboração de instrumentos que facilitem o posterior processo de avaliação.

O modelo apontado por Conde Villaverde (1992) é um instrumento de coleta de dados e informações sobre o órgão ou entidade produtora de documentos que constituem a identificação de fundos – uma das etapas mais importantes para o tratamento documental-, que tem como objetivo a sistematização de todas as informações possíveis sobre a origem dos documentos para contribuir com as etapas seguintes.

Na segunda etapa estabelecida por esse projeto, a autora teve a preocupação de levantar dados sobre o volume documental, em dados quantitativos e qualitativos para reconhecer os serviços arquivísticos existentes, abrangendo também a fixação de limite cronológico do fundo. A última etapa foi a análise dos dados levantados para diagnosticar a realidade da documentação com apoio das informações das etapas anteriores, resultando nos estudos para a elaboração de instrumentos para a avaliação.

Com base nos resultados apresentados pelo projeto de Vicenta Cortés e do Grupo de Arquivistas de Madri (1986), inicia-se a padronização de um método de trabalho. Mediante a compreensão do aproveitamento desses estudos da metodologia de identificação, Conde Villaverde consegue usar os apontamentos efetuados por esse trabalho de reconhecimento de documentos na fase acumulada. Nesse período, Conde Villaverde era responsável pelo Arquivo Administrativo e precisava de um método que auxiliasse na organização dessa documentação. Partindo do campo de observação do método desempenhado por esses profissionais, definiu-se um esquema de aplicação de método de trabalho que serviria para qualquer identificação informacional sobre qualquer documentação.

A partir da estruturação dos elementos para a identificação, foi possível determinar as características dessa metodologia, o que culminou na sua conceituação no domínio da Arquivística espanhola. Com os predicativos da metodologia de identificação apontados pelos estudos de Vicenta Cortés Alonso e com a constatação e a aplicação desse método por Conde Villaverde, foi possível fixar o conceito de identificação como a “fase do tratamento

arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um Fundo” (CONDE VILLAVERDE, 1992, p. 18).

Os aspectos apresentados sobre o método de identificar, apontado por Conde Villaverde e Vicenta Cortés tentam correlacionar informações sobre o órgão produtor às circunstâncias que determinam a produção dos documentos arquivísticos. Para Conde Villaverde, o conjunto de experiências indicadas por Vicenta Cortés e pelo Grupo de Arquivistas de Madri foi o marco inicial para observar similaridades sobre esse primeiro levantamento de informações antes das funções arquivísticas.

O segundo trabalho exposto na referida Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, foi a pesquisa sobre “Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales de las administraciones públicas. Concepción y experiencias del Centro Regional de Archivos de la Consejería de Cultura. Comunidad de Madri”, estudos da arquivista Ana Duplá del Moral, desenvolvido no Serviço Regional de Arquivos da Comunidade de Madri, que tinha o objetivo de identificação de fundos documentais para a organização e descrição. Com base nesse objetivo de organização, também surgem iniciativas para a elaboração de normas sobre a organização de arquivos.

Esses estudos da pesquisadora serviram de base para aplicação dos métodos de identificação no projeto ligado ao Centro Regional de Arquivos, desenvolvidos na fase de avaliação. A autora aponta que o tema central da pesquisa foi a identificação e a avaliação de séries documentais em fundos do arquivo da administração pública da Comunidade de Madri, com ênfase na identificação de séries documentais, possibilitando o reconhecimento da proveniência do fundo com o estabelecimento do seu valor evidencial nos documentos como registro do funcionamento das instituições que os geraram.

Considerando os aspectos mencionados, o propósito da aplicação da identificação contribuiu para levantar os elementos preponderantes para a delimitação de fundo e, principalmente, para a identificação de séries documentais. De modo específico, essa operação prévia no âmbito da metodologia arquivística, que é a base para a classificação e também subsídio

para a avaliação, proporciona o conhecimento do órgão produtor e das unidades administrativas que produzem os documentos vinculados à função desse órgão.

Essa particularidade da aplicação da metodologia de identificação para fins de avaliação de séries documentais caracteriza a etapa de organização em que o Serviço Regional de Arquivos encontrava-se, cujo aspecto central era a destinação de prazos, almejando a transferência, o recolhimento ou a eliminação de documentos. As informações e as observações sobre o objetivo da metodologia de identificação foram propagadas para as Comunidades Autónomas.

Vinculados aos esforços de estabelecimento de requisitos de gestão de documentos na Comunidade de Madri, esses estudos e cursos promovidos pelo centro influenciaram muitas instituições arquivísticas.

É importante ressaltar que, desde 1985, o Centro Regional de Arquivos desenvolvia cursos de arquivo com a colaboração de outras entidades e organismos da Comunidade de Madri, com ênfase na ampliação dos estudos sobre identificação e avaliação de séries, os quais abrangiam majoritariamente as secretarias, os arquivos e a parte administrativa dos órgãos municipais.

A oficina de treinamento ministrada por arquivistas desse centro visava à adequação dos arquivos da esfera governamental às noções de tratamento de documentos, principalmente na fase corrente, cujo intuito consistia na compreensão do trâmite documental do órgão produtor e no estabelecimento da competência, na função e na atividade, para traçarem o caminho percorrido pela documentação. A análise desse contexto e a extração de informações substanciais dos arquivos na fase de produção não são obtidas apenas com o uso de uma prática cotidiana, mas devem ser obtidas, principalmente, por meio dos registros das atividades que geraram o documento, além de ser subsidiada pelos princípios e conceitos da Arquivística na aplicação metodológica.

Duplá del Moral (1992, p. 419) afirma que a identificação é a análise das séries documentais, que possibilita a captação de alguns elementos imprescindíveis para a classificação, como o órgão produtor, a competência e a função. Esses elementos são importantes para a elaboração de plano de classificação e para a definição de séries documentais.

Neste contexto, merece destaque também a pesquisa sobre a identificação desenvolvida por Esther Cruces Blanco, denominada “Identificación e valoración de los fondos documentales. Experiencias del Archivo General de Andalucía”. Nesse trabalho, a autora aponta a identificação de fundos documentais como parte do conhecimento da gênese documental, do conhecimento da estrutura orgânica e das funções do órgão produtor da documentação e, por fim, no conhecimento dos tipos documentais e seus suportes no Arquivo Geral de Andaluzia.

A utilização da metodologia de identificação por Cruces Blanco (1992) insere-se no momento de elaboração de diretrizes para estabelecer todas as funções desempenhadas no arquivo como parâmetros de captação de informações sobre o órgão e seus documentos recebidos/produzidos. E também demonstram estudos de “normalização de documentos”, ou seja, parâmetros identificadores de documentos administrativos para a padronização na tentativa de estabelecer uma organização a partir da produção desses registros pela nova administração. O Arquivo Geral de Andaluzia buscava soluções para os documentos acumulados e, ao mesmo tempo, a eliminação da multiplicidade das espécies documentais por meio de diálogo com os gestores, a fim de solucionar esse grave problema a partir da fase corrente. Para solucionar os problemas recorrentes na organização documental, é necessário analisar a gênese documental e os circuitos percorridos pelos documentos, exigindo que o arquivista conheça o documento desde o momento de sua produção e que se identifiquem os procedimentos administrativos por meio dessas informações (CRUCES BLANCO, 1992, p. 401).

O Grupo de Trabalho de Arquivistas Municipais de Madri também apresenta o artigo “Identificación y valoración de fondos documentales municipales. La experiencia del grupo de trabajo de archiveros municipales de Madri”, cujo foco se estabelece no desenvolvimento da organização documental. Esses estudos surgem por meio da iniciativa da Câmara Municipal de Alcobendas – representada pelo prefeito Carlos Muñoz – e com a colaboração da arquivista Julia María Rodríguez, que resolveram reunir um pequeno grupo de arquivistas municipais ao redor da cidade para expor os problemas e as possíveis soluções relacionadas ao aumento de volume de documentos ocasionados pela multiplicação de funções administrativas,

As noções apontadas pelas experiências promissoras dos arquivistas municipais levaram à compreensão do contexto de produção arquivística dos documentos, tendo em vista o projeto de organização documental visando estabelecer a gestão de documentos para o Arquivo Municipal de Alcobendas. Consta-se, portanto, que a aplicação da identificação de fundo e da identificação de série documental refere-se às informações subsidiárias para a criação de um sistema classificatório.

Embora existam pequenas diferenças na aplicação do modelo de identificação, pode-se dizer que a base dos estudos do Arquivo Municipal de Alcobendas, entre outros, foi baseada nos estudos enunciados pelo Grupo de Arquivistas de Madri. Na literatura, é frequente a menção aos estudos do grupo, que desenvolve a metodologia de identificação na Arquivística espanhola dentro do escopo da organização de fundos documentais.

A abordagem sobre a identificação desenvolvida pela Arquivística é apresentada pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, coordenado por Vicenta Cortés Alonso e com a participação de outros arquivistas da administração pública.

Assim, estabelece-se o estudo arquivístico de análise de tipo documental, que surge em circunstâncias nas quais a Comunidade de Madri procurava parâmetros para subsidiar a normalização nos arquivos, bem como a implantação de Sistema de Gestão de Documentos. E quando se fala em normalização nos arquivos, se quer dizer a elaboração de mecanismos resultantes de um padrão para a formulação dos documentos, cujos elementos são primordiais para a materialização da função e da atividade da unidade administrativa.

O primeiro passo estabelecido pelo grupo de arquivistas foi a criação de modelo de descrição para o tipo documental que atendesse às necessidades de coleta de informação mais precisa para os arquivistas, sem perder suas características provenientes da unidade administrativa. O primeiro estudo estabelecido pelo grupo é publicado em 1984, cuja ênfase é a análise de tipologia documental, entendendo o tipo documental como a representação da atividade refletida no documento, que resulta na formação da série documental.

A tipologia documental tem um papel importante ou até mesmo fundamental para a identificação da atividade refletida no documento e que forma as séries documentais, visto que requer um estudo específico, já que nesse momento não se pode contar com a diplomática tradicional (GRUPO DE ARQUIVISTAS MUNICIPALES DE MADRID, 1991, p. 7).

Esses estudos de análise de tipo documental servem de subsídio para a metodologia de identificação, que consiste em identificar o fundo, o tipo documental e a série documental.

A estrutura desse formulário de análise de tipos documentais é apresentada da seguinte maneira:

- Tipologia documental;
- Órgão produtor;
- Destinatário;
- Legislação;
- Trâmite;
- Documentos básicos que compõem o processo;
- Ordenação da série;
- Conteúdo e vigência administrativa.

Cabe ressaltar que a finalidade desse estudo visa à fixação das séries documentais, além de uniformizar a maneira de trabalhar dos arquivistas na observação de características tiradas da própria documentação. As informações coletadas a partir da documentação colaboram com a classificação e a avaliação, além de também contribuir para com descrição.

A análise de tipos documentais proposta pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri se insere na etapa de identificação de documentos na fase corrente, que dispõe de todas as informações sobre o documento em si e sobre o órgão que o produz. Considerando os aspectos expostos sobre os estudos e a prática apresentada por Vicenta Cortés Alonso e o Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, é necessário observar os avanços efetuados na aplicação de uma metodologia para analisar os tipos documentais produzidos pela esfera governamental da administração pública.

Esse modelo de levantamento de informações sobre a estruturação do órgão produtor/fundo, como estudo prévio para a análise do tipo documental, é fundamental para qualquer organização averiguar a coleta de dados e informações para conseguir aproximar-se da identificação da série documental.

Quanto à análise de tipo documental, pode-se afirmar que ela contribuiu para fundamentar teoricamente o tratamento realizado em fundos de arquivos municipais; por isso mesmo, é uma ferramenta imprescindível para os métodos de trabalho de organização documental. A partir da discussão teórica sobre esse modelo de análise de tipologias documentais, criam-se conceitos e geram-se reflexões acerca da fundamentação da noção de identificação.

Todos os estudos e projetos desenvolvidos com base na metodologia de identificação seguiram o modelo apresentado pelo Grupo de Arquivistas de Madri, representado pelos estudos de Vicenta Cortés.

Com essa discussão sobre métodos de trabalho, foi possível aproximar profissionais interessados no mesmo assunto, visando alcançar uma solução plausível para a realidade cotidiana dos arquivos. A iniciativa de discussão sobre esse método proporciona a difusão da metodologia de identificação de tratamento documental por meio de grupos de trabalho desenvolvidos nos locais descritos abaixo:

- Arquivo Geral de Andaluzia;
- Centro Regional de Arquivos da Comunidade de Madri;
- Arquivo Regional de Madri;
- Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri;
- Arquivo Municipal de Madri.

Com base na literatura arquivística espanhola, em geral, é possível encontrar autores que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do campo teórico-metodológico que definem o que é a identificação.

Na visão de Antonia Heredia Herrera (1999, p. 19), a identificação sempre existiu, mas estava individualizada nas tarefas arquivísticas e, hoje, oferecem etapas perfeitamente definidas, diferenciadas e sucessivas ao tratamento arquivístico. Ressalta-se que a identificação:

[...] antes e agora, está vinculada ao princípio de proveniência quando investiga as origens da documentação partindo de sua dupla vinculação, à proveniência institucional e ao sujeito ou unidade produtora, através de

suas funções ou de seus órgãos, dentro da instituição. Determina a estrutura geral do fundo e particular de cada uma das suas divisões e partes jurídicas. Em definitivo ajuda a configurar o quadro de classificação [...] e facilitará a descrição, a partir da fixação da tipologia documental e as séries e suas unidades documentais. (HEREDIA HERRERA, 1999, p. 21, tradução nossa)

A identificação é realizada com base no princípio da proveniência, com o objetivo de gênese documental, a partir do reconhecimento das funções e atividades da entidade produtora que ficam registrados nos documentos de arquivo. Pode-se dizer que a identificação torna-se base para delimitação de qualquer fundo de arquivo, sendo fundamental para integrar os conceitos de função e atividade administrativa à produção documental e, além desses usos, também fundamentam a delimitação de séries de documentos dentro do contexto institucional.

Herrera Heredia (2011, p. 123) define que a identificação “é o processo de reconhecer uma entidade arquivística por seus atributos específicos; processo intelectual de análise para reconhecer algo que exige de imediato sua materialização e formalização”, justificando que “identificar é reconhecer, não é representar”. A autora acrescenta também que é necessário “[...] reconhecer, antes de classificar, uma instituição, seus órgãos e suas funções”.

Após o reconhecimento do órgão produtor por meio de um processo intelectual de suas competências e funções e de suas tipologias documentais referentes a atividades específicas, deve-se seguir para representação dessas informações tanto para a classificação como para a avaliação. A autora também menciona, a respeito da identificação, que

[...] amplia o seu objeto no âmbito da aplicação [...] para os fundos documentais de criação recente em guardar a sua conservação permanente, adentrando na tarefa que antes competia aos arquivos históricos. [...]. (HEREDIA HERRERA, 1999, p. 21)

Para a autora, dificilmente pode-se chegar à avaliação documental sem os preceitos da identificação, porque só a partir do conhecimento aprofundado sobre o vínculo dos documentos e sua origem é que se torna possível a definição de estabelecimento de prazos de destinação final dos documentos. Ela enfatiza, com isso, que a ausência de critérios de

avaliação documental tem levado o atual sistema de arquivo ao colapso, visto que não se pode chegar à eliminação daqueles documentos que não conseguimos qualificar.

Em geral, para a autora, o papel da avaliação com referência à identificação é importante quando se menciona projetos cujo objetivo é prioritariamente a eliminação, embora não seja o único intuito. Porém, não se pode perder de vista que a identificação é o requisito indispensável para a avaliação (HEREDIA HERRERA, 1999, p.21).

Já para Martín-Palomino e La Torre-Merino (2000, p.11), a identificação possui três etapas: identificação do órgão produtor, identificação do elemento funcional e identificação do tipo documental<sup>1</sup>.

A fase de identificação assume um papel relevante no contexto do fazer arquivístico, fornecendo dados que serão usados nas análises de produção, de classificação, de avaliação e de descrição documental, sendo considerados como a primeira fase da metodologia arquivística, por apresentar um caráter intelectual e investigativo que visa o reconhecimento do órgão produtor e das tipologias documentais existentes, cujo objetivo final é a definição das séries documentais (MARTÍN-PALOMINO BENITO; LA TORRE MERINO, 2000, p. 14).

Nessa perspectiva de definição da identificação, os autores evidenciam que seria uma metodologia arquivística que permite o tratamento dos fundos documentais desde a sua criação até a destinação final dos arquivos permanentes.

Mendo Carmona (2004) também observa e define a identificação como a melhor ferramenta para aplicar o princípio básico da Arquivística: o de respeito à proveniência e à estrutura interna do fundo. A autora também afirma que é imprescindível o estudo da gênese do fundo por meio do sujeito produtor: a pessoa física, a família ou organismo que o produziu e/ou acumulou o fundo e cada uma de suas agrupações além do objeto produzido, o documento. Para a autora, o método de identificar é uma ferramenta eficaz quando se aplica os princípios arquivísticos que permeiam toda e qualquer ação adjacente à

---

1 Para a arquivística brasileira o tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa (CAMARGO & BELLOTTO, 1996). Entretanto, o conceito de tipo documental apresenta-se com características entre os autores da área que o analisam, aspectos tratados em artigos publicados por Manuel Vazquez e Antônia Heredia Herrera.

organização documental. Mediante a situação crítica em que os arquivos se encontravam, ditava-se que algo fosse feito pelas administrações e instituições arquivísticas, então, nesse caso, a ferramenta disponibilizada por meio da metodologia de identificação possibilitou aplicar na prática os princípios arquivísticos como base para qualquer fazer relacionado ao tratamento documental.

Embora o método de identificação tivesse demonstrado eficiência no tratamento documental, foi necessário ter uma base empírica suficiente e ampla que permitisse a definição dos princípios teóricos que a sustentam. Nesse sentido, a estratégia a ser seguida consistiu em contrastar as experiências espanholas com as de outros países de tradição semelhante (CONDE VILLAVERDE, 1992, p. 15).

Conde Villaverde estabeleceu um fórum de discussão sobre a identificação com o Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos,

[...] composto por representantes da Espanha, Portugal, Brasil e México, com o respaldo da Administração de Arquivos Estatais da Espanha, que está tentando definir e estabelecer um modelo de tratamento de fundos perfeitamente distintos dos anglo-saxões e franceses, que até o momento eram os únicos identificados no contexto internacional e os que determinam a abordagem e os objetivos do Comitê de Arquivos Administrativos (CRC) do Conselho Internacional. (CONDE VILLAVERDE, 1992, p.15)

As primeiras reuniões desse grupo ocorreram com a participação da Espanha, Brasil, México e Portugal, mas nos próximos encontros a Colômbia, Costa Rica e Cuba ingressaram na discussão.

Conde Villaverde (1992, p. 15) aponta que para ter uma base empírica suficientemente ampla e passível de definição de princípios teóricos era necessário contrastar suas experiências com a de outros países de tradição semelhante, visando estabelecer e definir um modelo de tratamento de fundos diferenciados dos anglo-saxões e franceses.

O fato de o Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos ter considerado a identificação como fase independente no tratamento documental faz com

que eles tentem se aproximar dos países que apresentam os mesmos problemas de acumulação documental. Com a aproximação desses países, o grupo analisa em seu campo de estudo e pesquisa os seguintes aspectos:

- Análise da realidade administrativa e arquivística para distinguir as características que lhes são próprias;
- Definição das bases metodológicas que devem fundamentar o novo modelo que se pretende desenhar;
- Organização dos distintos grupos de trabalho para aplicação das bases metodológicas estabelecidas sobre fundos previamente definidos para o estudo.

As propostas metodológicas apresentadas pelo grupo reforçam que o uso da identificação não é restrito apenas aos arquivos municipais ou a uma documentação específica. A proposta é direcionada à teoria arquivística em geral e, portanto, serviria como parâmetro para os países ibero-americanos acerca da organização documental.

### **3. O uso do termo e o surgimento do conceito de identificação no Brasil**

O Brasil integrou a discussão sobre construção de metodologias para o tratamento documental, desenvolvidas pelo Grupo Ibero-americano de Gestão de Documentos Administrativos, do qual participava de José Maria Jardim, responsável naquele período pela gestão de documentos na Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional. Segundo Rodrigues (2008, p. 232), “o Brasil integrou o movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos”.

Nesse cenário, surge o Programa de Modernização Institucional-Administrativa do Arquivo Nacional de 1981, âmbito no qual foram desenvolvidas atividades de identificação e controle do acervo documental acumulado nos ministérios federais.

Os projetos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, no período, dentro deste programa, registram a mesma preocupação com a solução do problema da acumulação de fundos e da implantação de programas de gestão documental no âmbito da administração pública federal. Por outro lado, a situação de caótica de documentos acumulados nos depósitos do Arquivo Nacional, e nos órgãos que compõe a estrutura do governo federal, justificou a criação de grupos de trabalho voltados para a solução dos problemas detectados.

Em 1981, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), com a finalidade de encaminhar uma solução para identificar os documentos acumulados na sede do Rio de Janeiro, pois dos “dois bilhões de documentos que compunham o acervo, 50% não estava identificado e nem era conhecido de seus usuários e dos funcionários<sup>2</sup>”, como afirma Celina Moreira Franco, então Diretora Geral do Arquivo Nacional (BRASIL, 1985b, p. 5). O maior problema enfrentado pelo grupo, ao iniciar suas atividades, foi a ausência de padrões metodológicos capazes de fazer frente ao desafio. Os manuais arquivísticos internacionais não apresentavam soluções para o problema colocado – o de identificar grandes volumes documentais em arquivos públicos -, pois nos países que os elaboraram, detentores quase exclusivo da produção de conhecimento na área de Arquivologia, o desenvolvimento dos arquivos impediu que tal situação se configurasse (BRASIL, 1985a, p. 5).

Ainda no mesmo ano, é criado outro grupo de trabalho, o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), com o objetivo de “fornecer ao Arquivo Nacional m quadro global da documentação para possibilitar a criação de uma política de recolhimento, o planejamento de uma política de transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário”. A experiência do grupo foi apresentada no V Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1982, no Rio de Janeiro. O caráter inovador desta metodologia proposta para o “levantamento e identificação dos acervos” repercutiu no meio arquivístico brasileiro,

---

<sup>2</sup> O trabalho realizado pelo grupo teve duração de um ano e meio e como resultado, o reconhecimento de 1.500 metros lineares de documentos, provenientes da Seção do Poder Executivo, que integram o acervo da Divisão de Documentos Escritos do Arquivo Nacional. O projeto coordenado por Regina Celie Simões Marques e Vera Moreira Figueira foi idealizado por Maria Amélia Porto Miguez e Célia Camargo.

servindo posteriormente como referencial para os trabalhos desenvolvidos pelos arquivos estaduais e municipais. (BRASIL, 1985b, p. 7-9).

Através da Divisão de Pré-Arquivo, o Arquivo Nacional elaborou o Projeto de Gestão de Documentos<sup>3</sup>, com o objetivo de estabelecer uma organização sistêmica dos arquivos dos órgãos públicos federais. Entre 1984 e 1986, realizou-se uma experiência-piloto, no âmbito do Ministério da Agricultura, cujos objetivos específicos previam as etapas do programa de gestão, ou seja, o “controle da produção, a avaliação e o controle sistêmico dos arquivos correntes e intermediários, e por fim assegurar as condições adequadas para implantação de recursos automatizados” (BRASIL, 1986, p. 7).

Usando o “termo *levantamento da produção documental*, os procedimentos e os instrumentos propostos revelam a importância estudo prévio sobre o órgão produtor e seus documentos para efeitos de avaliação, perspectiva que caracteriza a metodologia da identificação, preconizada pela arquivística espanhola”, ressalta Rodrigues (2008).

As propostas metodológicas decorrentes do trabalho destes grupos transformaram-se em manuais, denominados publicações técnicas: “Manual para identificação de acervos documentais para a transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos” (1985b) do GIFE; “Identificação de documentos em arquivos públicos” (1985a) do GIF e o “Manual de levantamento da produção documental” (1986), resultado do projeto de gestão.

A utilização do termo, a definição dos métodos de trabalhos e a elaboração de instrumentos para se atingir as metas propostas, indicam que no Brasil esta fase de pesquisa estava sendo tratada como etapa independente e necessária ante as demais para o desenvolvimento das práticas profissionais.

Além dos grupos de trabalho que atuaram no Arquivo Nacional, contribuindo para a formulação do conceito de identificação no Brasil, registra-se a publicação do livro “Arquivos permanentes: tratamento documental”, em 1988, de Heloísa Liberalli Bellotto. A autora contribui para o desenvolvimento dos procedimentos de tratamento documental, incluindo

---

<sup>3</sup> O projeto era coordenado por José Maria Jardim, então Diretor da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional, integrado pela seguinte equipe do arquivo: Norma de Góes Monteiro, supervisora geral na fase de implantação, e Eliana Furtado de Mendonça e Ana Maria Varela Cascardo Campos, supervisão técnica.

a identificação de fundos, cuja proposta de estudo foi o primeiro registro na literatura brasileira sobre a identificação.

De acordo com Bellotto (2004), a identificação de fundo é requisito básico para a ordenação nos arquivos permanentes. Pode-se dizer que é um estudo dos órgãos administrativos ligados à documentação e que requerem esforços para o conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências dos órgãos produtores da documentação. Com base nesse levantamento, pode-se estabelecer o arranjo de arquivo permanente, contribuindo também para a etapa de descrição.

Essas perspectivas abordadas pela autora se iniciaram em 1982, quando ela teve contato com as novas abordagens apresentadas pelos arquivistas espanhóis, mais especificamente com Vicenta Cortés, do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, acerca dos estudos de análise documental.

Bellotto (2004, p. 36) aponta que, com a identificação consegue-se trilhar a gênese documental, já que para observar o percurso da gênese há de se reconhecer que “a circunstância do documento implica tanto a presença de um fato e de uma vontade de manifestá-lo como a vontade de dar origem ao ato”.

A partir dos textos publicados por Heloisa Liberalli Bellotto a partir de 1982, são divulgados no Brasil os estudos de análise documental desenvolvidos pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri e apresentados com originalidade os aspectos teóricos que fundamentam a identificação de tipologia documental. Sobre este aspecto, Rodrigues afirma que:

Esta perspectiva aberta pela autora, considerada como referencial teórico sobre o assunto passou, igualmente, a influenciar as práticas desenvolvidas em um segmento dos arquivos brasileiros, especificamente no que se refere à identificação de documentos na fase de produção. (RODRIGUES, 2008, p. 61)

Os trabalhos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional e por Heloísa Liberalli Bellotto contribuem para a construção da noção sobre a identificação. Entende-se, portanto, que, nesse primeiro momento, o termo identificação é usado com relação à formulação de métodos para tratar

documentos acumulados, conjuntos que não tinham nem a definição de fundo. Partindo desse pressuposto, iniciam-se os estudos de identificação no Brasil, cujo conceito foi incorporado ao Dicionário de Terminologia Arquivística Brasileiro (2005, p. 94) como o “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos”.

A metodologia de identificação e, neste contexto, a identificação de documentos realizada nos parâmetros da tipologia documental aparecem nas pesquisas desenvolvidas por Ana Célia Rodrigues (2003) no Arquivo Público de Campo Belo, em MG. Para a autora, a tarefa de identificação de documentos é realizada utilizando-se como parâmetro a tipologia documental e caracteriza-se como “contribuição substancial para a gestão de documentos correntes e para a identificação, organização, eliminação e descrição de documentos acumulados” (RODRIGUES, 2003, p. 8).

Os aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam a utilização da metodologia de identificação para tratamento de documentos acumulados em arquivos e para o desenvolvimento de programas de gestão de documentos são sistematizados por Rodrigues, em 2008, tornando-se um referencial para as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense.

#### **4. Considerações finais**

A identificação compreende um método arquivístico para reconhecimento dos elementos constitutivos do contexto organizacional e de seus tipos documentais, resultantes de atividades e funções administrativas atreladas a um órgão ou instituição.

No início da década de 1990, surgem estudos sobre o método de identificação, compondo uma estrutura lógica de trabalho a ser desenvolvida no tratamento documental, especialmente os de fundo acumulado. Esse processo é, sem dúvida, absorvido pela definição de identificação apontada por Conde Villaverde. Dessa forma, observa-se que Vicenta Cortés e o Grupo de Arquivistas Municipais de Madri (1986) apresentam um modelo de perguntas e respostas dentro da organização documental de fundo acumulado e, com

base nesses elementos estabelecidos por eles, Conde Villaverde conseguiu observar as características do método aplicado e formular a primeira noção de identificação.

A primeira definição de identificação apresentada por Conde Villaverde (1992) está relacionada à identificação de fundos. A fundamentação da identificação, em específico no caso da pesquisa desenvolvida pela autora, pôde contar com os elementos apontados por Vicenta Cortés e pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri. As características abordadas pelo grupo evidenciam a identificação de tipos documentais idênticos, a partir de sua ação refletida na formação de séries documentais. Com isso, estabeleceu-se a verificação de respectivos elementos estruturais nos documentos, conhecida como análise tipológica, constituindo a identificação de tipos documentais, a fim de formar séries documentais para a classificação e avaliação.

O grupo define a identificação de fundos como um processo de informações fundamentais para o levantamento de fontes secundárias de informação sobre a instituição ou entidade e, além disso, a identificação de tipo documental, a fim de definirem as séries documentais. Esse estudo completo sobre o fundo e os tipos documentais proporciona a delimitação das séries documentais para contribuir com a avaliação documental.

Tal experiência explicitada por esse grupo de trabalho traz para a comunidade arquivística questões relevantes para organização de fundos acumulados por Vicenta Cortés. Cabe ressaltar que, durante o desenvolvimento da metodologia de identificação realizada pelo grupo, torna-se público o conhecimento produzido, cedido pelo compartilhamento de resultados para as instituições arquivísticas, principalmente na Comunidade de Madri.

A identificação, para Duplá del Moral, é uma operação prévia que consiste no reconhecimento das unidades administrativas que, além de contribuir para a identificação de fundo, também seria útil para a identificação de séries documentais, garantindo o levantamento de informações sobre os documentos desde a sua origem até a destinação final, podendo determinar o trâmite desses documentos, servindo de base para a gestão de documentos.

O processo relacionado à identificação é entendido pela autora como operação antecedente à classificação, cujo objeto é o conhecimento do órgão e das unidades administrativas e também dos tipos documentais produzidos. Nessa operação, apresenta-se a finalidade do

quadro/plano de classificação. Dessa maneira, a identificação é uma investigação anterior a qualquer ação ou atividade de organização nos arquivos, pois, por meio da identificação, pode-se chegar a informações norteadoras para a classificação.

O conceito de identificação fixado por essa autora se difere da definição feita por Conde Villaverde e possibilita a conclusão de que Duplá del Moral amplia os estudos de identificação para a produção documental, a fim de estabelecer parâmetros para a gestão de documentos nos órgãos públicos. Pode-se perceber que as definições apresentadas por Maria Luisa Conde Villaverde e Ana Duplá del Moral compreendem ações para analisar as categorias administrativas a partir dos tipos documentais, ou seja, procuram o conhecimento dos documentos para identificar as características e o histórico refletido por meio da estrutura documental.

Por fim, apresenta-se a definição de identificação no Dicionário de Terminologia Arquivística Espanhol (1993). A iniciativa de formulação desse dicionário partiu de influências dos estudos sobre conceitos e práticas que se desenvolveram com base nas experiências da Arquivística espanhola, cujas definições de termos foram necessárias para a comunicação entre o campo disciplinar no decorrer da padronização e normatização dos procedimentos de organização documental.

No Brasil, os estudos sobre o emprego de termos e conceitos terem sido iniciados na década de 1980 e 90, são impulsionados pelos estudos no âmbito internacional para a consolidação de uma terminologia arquivística.

No âmbito do Arquivo Nacional, a definição de identificação do GIFI é considerada a primeira aparição da identificação nos procedimentos de organização de documentos no Brasil, especificamente no Arquivo Nacional. O GIFI apresenta a identificação de acervos e, na análise de seus elementos, o processo consiste na identificação, cujo objeto é a identificação de massa documental acumulada nos arquivos com a finalidade de organização de fundos internos.

O GIFE apresenta a identificação de documentos, na qual envolve o processo de levantamento e cadastro dos acervos documentais, bem como o objeto de identificação de massa documental de órgão produtor com a finalidade de organização de fundos externos. Esse grupo também pertencente ao Arquivo Nacional assume a perspectiva de identificação

e cadastramento de acervos documentais produzidos e/ou acumulados pelos organismos e órgãos públicos da Administração Pública Federal no Estado do Rio de Janeiro, incluindo informações referentes ao conteúdo, forma, origem, estado de conservação, localização física e quantificação de documentos que ainda são de posse dos órgãos produtores e/ou acumulados.

Com a finalidade de encontrar uma solução para identificar o acervo do próprio Arquivo Nacional, além da modernização dessa instituição, criaram-se grupos de trabalho que desenvolvessem padrões metodológicos capazes de contribuir para a execução da organização dos acervos. A situação de desconhecimento dos acervos que possuíam impulsionou a elaboração de técnicas arquivísticas que contribuíssem para o tratamento técnico – documental. Com a publicação destes dois manuais apresentam a identificação, que pressupõe informações sobre a documentação e que tenha critérios que nortearão o modelo de identificação.

Heloisa Liberalli Bellotto (1991) compreende o termo de identificação de fundo como um processo de conhecimento estrutural com o objetivo de estabelecer a construção administrativa e as competências do órgão produtor e documentação com a finalidade de definição de fundo de arquivo, sendo requisito básico para a ordenação nos arquivos permanentes. Esses elementos da identificação de fundo são o ponto inicial da aplicação de identificação nos arquivos permanentes, baseado no reconhecimento da estrutura administrativa e a caracterização das tipologias documentais, por meio dos elementos coletados na análise diplomática.

Bellotto (2004) toma conhecimento do modelo de análise tipológica, concebido por Vicenta Cortés e pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri (1986). O objetivo desse modelo era analisar o tipo documental na configuração da espécie documental, com base na atividade que a gerou. No entanto, Bellotto aplica a análise tipológica com um caráter diferencial: a análise diplomática, que permite verificar os elementos da estrutura do documento, ou seja, o protocolo inicial, o texto e o protocolo final. A autora reformula a análise do tipo documental e, com isso, contribui para a identificação. Com base nesse novo modelo de análise, pode-se dizer que Bellotto introduz no Brasil os estudos de tipologia documental.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a identificação é um processo de reconhecimento e sistematização dos conjuntos de documentos acumulados no desempenho de atividades, e o objeto configura-se a partir dos registros de informações sobre os arquivos com a finalidade de controle físico e/ou intelectual. A menção ao controle físico remete aos documentos acumulados em depósitos de arquivos; já o controle intelectual são os dados sobre as características dos documentos, referindo-se aos critérios de organização de acervos.

Essa definição é o reflexo da realidade dos arquivos brasileiros que desconheciam os documentos que possuíam em seus acervos, portanto, a metodologia de identificação é aplicada na função de conhecer o que tinham, desde quantidade até as condições de armazenamento e depósitos.

Cabe ressaltar que a identificação pode ser aplicada como subsídio para a classificação, avaliação e descrição, portanto, todas as fases de tratamento arquivístico. Porém, o aspecto inicial desses estudos de identificação visava à avaliação, mas depois foram incorporados à classificação e aos projetos de gestão de documentos. Essa é uma observação reconhecida nos elementos de análise e na demonstração da metodologia de identificação na Espanha.

Analisando as abordagens arquivísticas espanhola e brasileira que se formaram em torno da identificação, pode-se perceber que enquanto a Espanha tenta chegar às informações padronizadas que leve à definição de séries documentais, o foco da preocupação no Brasil está na definição do fundo/órgão produtor, para fins de transferências e recolhimentos.

Contudo, notadamente, percebe-se que os primeiros estudos sobre a identificação, no Brasil, resultaram dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Arquivo Nacional, que estava direcionado para a formulação de métodos para projetos de implantação de tratamento arquivístico, com base na avaliação de documentos, como é o caso dos resultados obtidos pelo projeto de gestão de documentos e, também, para a implantação de políticas arquivísticas.

O conceito de identificação usado pelo Arquivo Nacional no Brasil assemelha-se a um diagnóstico de levantamento de condições internas e estruturais do local do arquivo, para depois se focar na delimitação do fundo/órgão produtor, mas como fundamento de políticas

da área, e não de metodologias de classificação e avaliação, que eram os objetivos da Espanha naquele momento.

Assim sendo, verifica-se que, para a Arquivística brasileira, a definição de identificação difere da proposta formulada para o uso do mesmo termo, na Espanha. Nesse sentido, a concepção e definição da identificação tanto da Espanha como do Brasil são desenvolvidas com base na realidade vivida pelos arquivistas na aplicação de estudos de organização de documentos e nas necessidades para esse fazer.

## 5. Referências

---

- ARQUIVO NACIONAL (1985). **Identificação de documentos em arquivos públicos**. Rio de Janeiro: [s.n.]. (Publicações Técnicas 37).
- ARQUIVO NACIONAL (1985). **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos**. Rio de Janeiro: [s.n.]. (Publicações Técnicas 40).
- ARQUIVO NACIONAL (1986). **Manual de levantamento da produção documental**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- ARQUIVO NACIONAL (1988). **Proposta para um programa de modernização dos sistemas arquivísticos dos países latino-americanos**. Rio de Janeiro: [s.n.]. (Publicações Técnica 45).
- ARQUIVO NACIONAL (2005). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2002). **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: IMESP/ARQ-SP.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2004). **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTO, Heloisa Liberalli (1996). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

- CARMONA MENDO, Concepción (2004). Consideraciones sobre el método en archivística: a reflection on archival science methodology. **Documento & Instrumenta**. Madrid, n.1, p. 35-46.
- CONDE VILLAVERDE. Maria Luisa *e. al* (1992). La identificación y valoración de los fondos documentales de La administración estatal: problemas y metodología. In: **Acta de la Primera Jornada sobre metodología para la identificación e valoración de fondos documentales de las administraciones publicas**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, p. 14-19.
- CONDE, Maria Luisa & JARDIM, José Maria (2012). Los archivos em el mundo ibero américa. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, jan./jun.
- CRUCES BLANCO, Esther (1992). Identificación y valoración de los fondos documentales. Experiencias Del archivo General de Andalucía. In: **Acta de la Primera Jornada sobre metodología para la identificación e valoración de fondos documentales de las administraciones publicas**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, p. 396 - 413.
- DÚPLA DEL MORAL, Ana (1992). Metodologia para la identificación y valoración de fondos documentales de lãs administraciones publicas. concepción y experiencias del Centro regional de Archivos de la comunidad de Madrid. In: **Acta de la Primera Jornada sobre metodología para la identificación e valoración de fondos documentales de las administraciones publicas**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, p. 416 – 433.
- GRUPO DE ARCHIVEROS MUNICIPALES DE MADRID (1998). **Manual de tipología documental de los municipios**. Madrid: Consejaria de Cultura de la Comunidad de Madrid. (Archivos, Estudios, 2).
- HERRERA HEREDIA, Antonia (1999). La identificación y la valoración de documentos en la gestión administrativa de las instituciones publicas. **Boletín de ANABAD**, Espanha, p. 19-50, jan/mar.
- HERRERA HEREDIA, Antonia (2011). **Lenguaje y vocabulario archivísticos**: algo más que un diccionario. Sevilla: Junta de Andalucía Consejería de Cultura.
- LÓPEZ GÓMEZ, Pedro (1998). Identificación y valoración de documentos en España a partir de 1975. **Revista de Biblioteconomía y Documentación. Servicio de Publicaciones. Universidad de Murcia**. v. 1, p, 75-97. Disponible em: <http://www.um.es/fccd/anales/ad01/ad0106.html>. Acesso em: 8 set. 2011.
- LÓPEZ GÓMEZ, Pedro (1998). Los archiveros y sus investigacones. **Métodos de Información**, v. 5, n. 22-23, p. 37-43, jan./março.
- MARTÍN-PALOMINO BENITO, M.; LA TORRE MERINO, J. L. L. (2000) **Metodologia para la identificación y valoración de fondos documentales**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

RODRIGUES, Ana Célia (2008). **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Ana Célia (2011) Identificação: uma nova função arquivística?, Marília: **EDICIC**, v.1, n.4, p.109-129. Disponível em: <http://www.edicic.org/revista/>. Acesso em: 10 dez. 2011.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.(Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/>. Acesso em: 16 mai. 2013.